

O subjuntivo na língua latina: uma forma, muitas funções

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i1.3689>

Alex Mazzanti Jr.¹

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as muitas funções do subjuntivo latino e como a bibliografia tem descrito tal diversidade. Para tal, a origem protoindo-europeia do subjuntivo latino é apresentada, já que essa é a base para as descrições das gramáticas tradicionais, as quais são brevemente revisitadas e, em seguida, comparadas com a abordagem funcionalista da recente sintaxe de Pinkster (2015, 2021), usando orações completivas como um estudo de caso. Após breve apresentação do conceito de modalidade, é feita uma sinopse dos principais usos do subjuntivo em latim, em orações principais e subordinadas, conforme estão no livro de Pinkster em sua abordagem sincrônica. Por fim, subjuntivos complementando verbos de temor são tomados como um novo estudo de caso, mostrando que descrições exclusivamente sincrônicas podem ser incompletas e que há casos em que somente a inter-relação entre sincronia e diacronia é capaz de oferecer uma descrição explicativa satisfatória.

Palavras-chave: latim; sintaxe; subjuntivo.

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil; alexmazzantijr@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0003-4448-9672>

The subjunctive in the Latin language: one form, many functions

Abstract

The aim of this paper is to discuss the many functions of the Latin subjunctive and how this diversity of uses has been described in the literature. For that, the Proto-Indo-European origin of the Latin subjunctive is presented, since it is the source of the description of the subjunctive in traditional grammars, which are briefly mentioned and then compared to the recent functionalist approach of the syntax of Pinkster (2015, 2021), taking complement clauses as a case study. After a brief presentation of the concept of modality, an overview of the uses of the subjunctive in Latin, in main and subordinate clauses, is presented as they are in the book of Pinkster with his synchronic approach. Finally, the subjunctive as the complement of verbs of fearing is taken as another study case, showing that exclusively synchronic descriptions might be incomplete and that some phenomena depend on the relation between synchrony and diachrony to be satisfactorily explained.

Keywords: Latin; syntax; subjunctive.

1. A questão do subjuntivo latino

Quem quer que se proponha a estudar a língua latina se depara em certo momento com a categoria morfológica do subjuntivo. Sua marca formal é simples: para a primeira conjugação, um *-e-*, para as outras todas conjugações, um *-a-*, quando no presente do subjuntivo.² Alguns verbos irregulares no presente do indicativo se tornam regulares no presente do subjuntivo, com a marca *-i-*.³ O problema surge conforme mais e mais usos diversos vão sendo apresentados ao estudante, alguns deles difíceis de serem relacionados.

Em orações principais, subjuntivos podem expressar ordens (*coniunctiuus uolitiuus*), potencialidade (*coniunctiuus potentialis*), contrafactualidade (*coniunctiuus irrealis*). O traço comum a todos esses usos é o caráter *não factual* – algo um tanto amplo e genérico –, por oposição ao indicativo, com seu caráter *factual*.

Em orações subordinadas, a lista é igualmente extensa, da qual segue um breve resumo: pode aparecer em orações relativas (chamadas tradicionalmente de *orações relativas impróprias*, com valor final, causal ou concessivo); pode aparecer em orações

2 Tipo *amo*, *-āre* “amar”: *amem, ames...*; tipo *habeo*, *-ēre* “ter”: *habeam, habeas...*; tipo *duco*, *-ĕre* “conduzir”: *ducam, ducas...*; tipo *facio*, *-ĕre* “fazer”: *faciam, facias...*; tipo *dormio*, *-īre* “dormir”: *dormiam, dormias...*

3 Verbo *sum*, *esse* “ser/estar”: *sim, sis...*; verbo *uolo*, *uolle* “querer”: *uelim, uelis...*

argumentais (ora semanticamente justificado, ora mero marcador da subordinação; incluem-se orações interrogativas indiretas, como tradicionalmente são chamadas); pode aparecer em orações adverbiais (nos mais variados tipos semânticos, como tempo, causa, condição...).

Por fim, o uso em uma oração subordinada às vezes não se deve a nenhuma característica desta, mas a um uso do subjuntivo típico de orações independentes, de modo que certo traço semântico (volição, potencialidade, contrafactualidade) é aplicado ao verbo de tal oração subordinada. Ou ainda, pode ser um caso de subjuntivo oblíquo (espécie de discurso reportado, em que o falante não endossa o conteúdo do que diz, mas o atribui a outrem – um caso de modalidade evidencial). Ou ainda, pode ser usado devido à chamada atração modal (uso mecânico do subjuntivo em oração subordinada a outra oração subordinada).

O estudante, ao se deparar com tantos usos, com razão pode encontrar dificuldade na interpretação dos textos: quando vir um subjuntivo, como decidir qual dessas tantas possibilidades está em uso? Não em menor dificuldade se encontra o leitor experiente e o pesquisador que, ao levantar hipóteses interpretativas, precisa com solidez tomar decisões sobre quais são os sentidos mais prováveis para poder seguir com suas análises, quer literárias, quer linguísticas. Importante se ter em mente o fato de que os textos latinos, alguns há mais de dois milênios redigidos, não dispõem de importantes expedientes para a interpretação de textos em línguas modernas: não há falantes nativos que possam contribuir com interpretações e verificações de gramaticalidade, os contextos semântico-pragmáticos são muito afastados dos nossos, de modo que toda interpretação depende da reconstrução dos domínios sociais e interacionais de sociedades há muito desaparecidas, ou seja, o estudo destes depende de todas as potencialidades exegéticas ligadas ao que amplamente se chama de filologia, na qual está incluso o estudo linguístico detido.

Dado esse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama crítico sobre o subjuntivo latino, começando por suas raízes protoindo-europeias, seguindo com observações sobre categorias semânticas associadas ao subjuntivo, e discutindo a abordagem funcionalista de Pinkster (2015, 2021): como e se tal abordagem pode contribuir para atenuar as dificuldades que o subjuntivo latino impõe ao analista.

2. A origem protoindo-europeia do subjuntivo latino

Ao final do século XIX, a epítome do conhecimento em linguística indo-europeia foi apresentada na monumental obra de Brugmann (1886-1892). A parte de sintaxe ficou a cargo de Delbrück (1893-1900, v. 2, p. 384 s.), o qual apresenta sobretudo duas funções para cada uma das duas categorias morfológicas não factuais que interessam a nosso

estudo: o subjuntivo protoindo-europeu (PIE) e o optativo PIE.⁴ Mesmo após mais de um século, as mesmas funções são reconstruídas para essas categorias, como atestado em Weiss (2020, p. 406) e resumido no Quadro 1.

Quadro 1. Funções do subjuntivo e optativo PIE

	Delbrück	Weiss	Português
Subjuntivo PIE	volitive Konjunktiv futurische Kojunktiv	voluntative and prospective function	Volição Prospecção (futuro)
Optativo PIE	wünschende Optativ potentiale Optativ	mood of wish and potential	Desejo (optativo) Potencialidade

Fonte: Elaboração própria

A situação no latim, por sua vez, tem algumas complicações. Enquanto a *forma* do subjuntivo PIE manteve o valor de prospecção e se fixou no latim atestado na categoria de futuro, a *forma* do optativo PIE sobreviveu como o subjuntivo latino, se não de todas pelo menos de algumas conjugações, mantendo para si os dois valores a ela associados no PIE, com a adição do valor de volição.⁵ O Quadro 2 busca resumir esses desenvolvimentos.

Quadro 2. Origem PIE do subjuntivo latino

Forma no PIE	Semântica	Forma no Latim
Subjuntivo PIE	Prospecção	Futuro
	Volição	Subjuntivo
Optativo PIE	Desejo	
	Potencialidade	

Fonte: Elaboração própria

Muitas gramáticas tradicionais de latim, ao longo do século XX, se valeram dessa reconstrução para organizar os usos do subjuntivo latino, tentando derivá-los desses usos originais. Um exemplo é Allen e Greenough (1903) que, conforme podemos ver no sumário, organiza os usos do subjuntivo em sentenças independentes em: Subjuntivo

4 Adicionalmente, Delbrück (1893-1900, v. 2, p. 369) sugere existir o optativo *präskriptiv*.

5 O latim atestado possui a desinência de futuro *-bo*, oriunda do subjuntivo de **b^huh_x-*, e a desinência **-e-*, oriunda do subjuntivo PIE. O morfema subjuntivo latino *-e-* de primeira conjugação vem do optativo PIE **-jéh₁-*, assim como o subjuntivo dos verbos ditos irregulares (*sim*, *uelim*), enquanto o morfema *-a-* das conjugações restantes é de origem controversa. Veja discussão e levantamento de hipóteses em Weiss (2020, p. 441-445) e Meiser (2010, p. 199-201).

Exortativo; Subjuntivo Exortativo em Concessões; Subjuntivo Optativo; Subjuntivo Deliberativo; Subjuntivo Potencial.⁶ Handford (1947), por sua vez, organiza quase todo o material do subjuntivo latino segundo tais usos, conforme podemos ver nos títulos dos capítulos em seu sumário.⁷

Por mais que a sobrevivência das mesmas categorias por mais de século demonstre a força dessa reconstrução, como sempre em linguística histórica, não podemos afirmar que esses seriam de fato os *únicos* usos originais em PIE, mas apenas os usos que podemos reconstruir a partir do método histórico-comparativo. Isso significa que algumas das funções do subjuntivo no período atestado do latim podem ter origem em antigos usos PIE inacessíveis a nós, ou ainda ser fruto de contato linguístico, algo não previsto por essas gramáticas que tentam derivar todos os usos do período histórico na reconstrução do PIE.⁸

3. Pinkster e a abordagem funcional

Em 1990, foi publicada em inglês a obra *Latin syntax and semantics*, do professor Harm Pinkster, da Universidade de Amsterdam, a qual havia sido escrita originalmente em holandês e já traduzida ao alemão. Nessa obra, Pinkster faz uma primeira, ainda que ampla, apresentação da língua latina, seguindo princípios descritivos do funcionalismo holandês, desenvolvido no entorno do professor Simon Dik. Pinkster, junto de outros importantes latinistas e helenistas holandeses, participou ativamente do desenvolvimento dessa linha de funcionalismo e, desse modo, foi um importante vetor de abordagens utilizando linguística moderna no estudo de línguas antigas, em oposição às abordagens tradicionais das gramáticas. Após algumas décadas e pouco antes de falecer, Pinkster publicou sua monumental obra *Oxford Latin syntax* em dois volumes, o primeiro dedicado ao período simples (2015), o segundo, ao período composto e ao discurso (2021).

Embora os comentários sobre sua abordagem em oposição a abordagens tradicionais possam ser de vária ordem, vou me restringir a uma seleção significativa a nosso tema. O primeiro ponto é a organização do material linguístico em diferentes níveis de análise: há funções semânticas (agente, paciente, destinatário, local em que...), funções sintáticas (sujeito, objeto direto, adjunto...), funções pragmáticas (tópico e foco). Tais funções servem para descrever a relação entre constituintes no nível da oração. Essa consideração já se diferencia em grande monta das abordagens tradicionais, que misturam essas diferentes relações em suas descrições.

6 Em todo o texto, apresento em tradução minha ao português trechos originalmente em outras línguas, conforme bibliografia citada.

7 "IV. Subjunctive as an expression of will"; "V. Subjunctive as an expression of futurity"; "VI. Subjunctive as an expression of wish"; "VII. Subjunctive as an expression of potentiality".

8 Sobre a origem do subjuntivo latino, veja também a discussão de Handford (1947, p. 16-23) e Magni (2010, p. 204-206).

O grande diferencial que caracteriza a abordagem funcional de Pinkster é a consideração sistemática da ideia de *sentença*, no calque do inglês *sentence*, ou *frase* na tradição gramatical brasileira. Segundo o autor, o latim apresenta quatro tipos de frase: declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa. Cada frase consiste numa unidade completa de comunicação. Assim, ao se considerar sistematicamente o nível da frase na descrição do latim, Pinkster aplica o elemento caracterizador do funcionalismo, a consideração da língua como um instrumento de comunicação, de tal modo que cada produção, cada fala, tem um propósito comunicativo-interativo que precisa ser considerado.

As gramáticas tradicionais, por sua vez, não ignoram por completo esse nível de análise. Vejamos, como estudo de caso, a descrição de orações argumentais, tradicionalmente chamadas de orações completivas (tradição francesa) ou orações substantivas (tradição anglo-germânica).

Cart *et al.* (2007), organiza, em seu sumário, “as subordinadas completivas” em: “interrogativa”, “infinitiva”, “por **ut, ne, quin, quominus**”, “por **quod**”, “no subjuntivo sem conjunção”. A descrição é sobretudo morfológica, o que vale também para a primeira subcategoria, mas notemos que essa primeira, além de indicar elementos morfológicos da interrogação em uma oração argumental, indica ao mesmo tempo a função comunicativa da pergunta. Em seus parágrafos, a gramática apresenta valores semânticos dos verbos principais, dentre os quais, “de vontade”, “um acontecimento”, “de temor”, “de impedimento”. Fala também que a oração infinitiva “é o objeto direto de verbos que exprimem uma declaração, uma opinião, um conhecimento”. Em suma, o critério principal de classificação é morfossintático, mas a todo momento permeado, ora por função comunicativa (interrogativa, declarativa, etc.), ora por semântica verbal.

Allen e Greenough (1903, § 562) apresenta, por exemplo, orações substantivas finais, indicando entre parênteses “ordem, desejo, medo”. Ainda que descrevam a semântica verbal, os dois primeiros termos também se referem a atos de fala diretivos, ou seja, modos de dar ordem, ou ainda, nos termos de Pinkster, se referem a frases imperativas. O uso do indicativo em orações com *quod* são caracterizadas, entre outras coisas, como se referindo a *factos*, uma característica das frases declarativas.

Tanto em Allen e Greenough (1903), como em Cart *et al.* (2007) vemos que a função comunicativa não é analisada de modo sistemático e se confunde com semântica verbal. Pinkster (2021, Capítulo 15), por sua vez, organiza o material dando alguma centralidade ao nível da frase, como vemos no resumo seguinte:

Capítulo 15: Orações subordinadas preenchendo uma posição de argumento

15.3 Orações argumentais finitas

15.4 Orações argumentais declarativas finitas

- 15.45 Orações argumentais interrogativas finitas (interrogativas indiretas)
 15.64 Orações argumentais imperativas finitas
 15.90 Orações argumentais infinitivas
 [...]

O autor, assim, organiza o material inicialmente por função sintática, já que se trata de uma sintaxe do latim (capítulo sobre orações argumentais); identifica uma distinção morfológica fundamental e com significativas consequências, nomeadamente, a forma verbal finita ou infinitiva; considera de modo central, no recorte acima, a função comunicativa; termina com grupos semânticos de verbos principais (não indicado no recorte acima).

Tal aparato é particularmente interessante para casos em que há uma certa estrutura que poderia ter duas análises diversas. O verbo *uideo* “ver” pode ter diferentes complementos oracionais. Infinitivos têm o caráter de declaração: ***uideo hercle ego te me arbitrari hominem idoneum...*** (Plaut. *Aul.* 252) “**Vejo** que você me **considera** uma pessoa adequada...”. Interrogativas indiretas têm uma informação faltante: (verbo subordinado no indicativo)⁹ ***uiden ut aperiuntur aedes festiuissumae?*** (Plaut. *Curc.* 93) “**Está vendo** como que a alegríssima casa **está se abrindo?**” – *ut* aqui é um advérbio interrogativo “como” e, semanticamente, a informação do “como” precisa ser preenchida de outro modo para além desse período, algo característico de frases interrogativas. Orações introduzidas pela conjunção *ut* (subordinador/complementizador) seguida de subjuntivo têm caráter imperativo: ***lepide efficiam meum ego officium: uide intus modo ut tu tuom item efficias.*** (Plaut. *Truc.* 711) “Cumprirei bem o meu dever; apenas **veja** lá dentro de **cumprir** o seu do mesmo modo” (*veja de* com o sentido de *trate de*). Cada um dos três tipos de complementação corresponde a um tipo de frase: declarativa (infinitivo), interrogativa (interrogativa indireta) e imperativa (*ut* + subjuntivo).

O mesmo ocorre com o verbo *dico* “dizer”.¹⁰ Vejamos o exemplo de Plaut. *Most.* 118-122:

haec argumenta ego aedificiis dixi; nunc etiam uolo / dicere uti homines aedium esse similis arbitremini. / primumdum parentes fabri liberum sunt: / i fundamentum supstruont liberorum; / extollunt, parant sedulo in firmitatem, [...].

9 No latim clássico, orações interrogativas indiretas são sempre seguidas de subjuntivo, mas em Plauto podem vir tanto no indicativo (como no exemplo), quanto no subjuntivo. Veja Pinkster (2015, p. 628 s.).

10 Infinitivos têm o caráter de declaração: *dico eum uenire* “digo-declaro que ele está vindo”; interrogativas indiretas têm uma informação faltante: *dico quo ueniat* “digo-declaro para onde ele está vindo”; a informação do “para onde” precisa ser preenchida de outro modo para além desse período; orações de *ut* + subjuntivo têm caráter imperativo: *dico ut ueniat* “digo-ordeno que ele venha”.

Quanto a edifícios, disse meu argumento. Agora eu também quero **dizer** como vocês [audiência] **deveriam considerar** o homem ser semelhante a uma casa. Primeiro, pais são os construtores de seus filhos: eles fazem a fundação dos filhos. Eles os criam, preparam-nos com zelo a serem fortes...

Poderíamos ter dúvidas sobre se a oração do subjuntivo *arbitremini* é uma interrogativa indireta ou uma completiva, já que ambas as estruturas podem apresentar *ut* (advérbio interrogativo ou complementizador, respectivamente) seguido de um subjuntivo. O que vai ser determinante é justamente a função comunicativa da oração. No excerto, o velho Simo está iniciando um símile entre criar um filho e construir uma casa, tendo como interlocutor a plateia. Se entendemos a oração como completiva, teríamos de atribuir uma força imperativa a ela, ou seja, Simo estaria dando uma ordem à plateia de que eles devem considerar que homens são casas: “agora eu também quero dizer-ordenar que vocês considerem o homem ser semelhante a uma casa (!)”. Além de retoricamente ineficaz numa fala moralmente edificante, por, em vez de convencer e tocar, tentar forçar a aceitação de uma ideia imperativamente, quebrar-se-ia o paralelismo com a declaração que antecede e far-se-ia o que segue ter menos sentido do que se consideramos a oração uma interrogativa indireta. Se assim o fazemos, como na tradução oferecida, fica a ser preenchido o referente de *como (uti) considerar*, algo característico das interrogativas. Os versos seguintes satisfazem justamente essa informação: primeiro, os pais são os construtores, fazem a fundação...

Por outro lado, nem sempre é fácil distinguir os tipos de frase, o que é reconhecido pelo próprio Pinkster em vários momentos de sua obra. Como já dito, o autor classifica orações argumentais de acordo com esse critério (Pinkster, 2021, Capítulo 15), mas nem sempre há critérios formais que tornem claro o tipo em questão (por exemplo, a negação *non* para frases declarativas e *ne* para frases imperativas, algo sistematicamente utilizado pelo autor quando possível). Vejamos que, por exemplo, Plaut. *Pseud.* 336 é citado tanto como uma frase declarativa (Pinkster, 2021, p. 91), quanto como uma frase imperativa (Pinkster, 2021, p. 147). O mesmo ocorre com Plaut. *Trin.* 485-6 (Pinkster, 2021, p. 90 e 146). Ainda assim, a utilização desse nível de análise é um recurso, como busquei exemplificar, que pode dar mais solidez às leituras do analista que sempre se valeu do aparato limitado das gramáticas tradicionais.

Em suma, a abordagem tradicional prioriza morfossintaxe e apresenta os níveis semântico e da frase de modo não sistemático, impedindo que eles sejam um instrumental profícuo. Todavia, conforme vimos, somente a morfossintaxe não dá conta de resolver casos em que temos *ut* seguido de um subjuntivo. Assim, utilizar, conforme a necessidade dos objetos analisados, outros níveis de análise de modo sistemático pode abrir novos caminhos e favorecer o analista com leituras mais sólidas e embasadas.

Após essa breve apresentação da principal característica da abordagem de Pinkster, o uso da função comunicativa de modo sistemático, podemos avançar na caracterização do subjuntivo latino.

4. A categoria modo

O subjuntivo é uma categoria morfológica associada a certos valores semânticos, alguns dos quais já apresentados nas páginas anteriores. Tais valores semânticos coincidem com o que costuma ser chamado de modo ou modalidade em variadas abordagens teóricas. Pinkster (2015, p. 386) assim define: “A categoria gramatical de ‘modo’ é um dos meios pelos quais o falante pode expressar sua **visão sobre a realidade extralinguística** e suas **intenções comunicativas**, em relação a um ou mais interlocutores.” (grifo próprio). Em outras palavras, o *modo* seria o meio pelo qual o falante expressaria elementos subjetivos e intersubjetivos.

A referência comumente utilizada em discussões sobre modalidade é o estudo de Palmer (2001), embora, note-se, a bibliografia sobre o assunto seja ampla e muitas vezes não consensual, dado o caráter menos material de propriedades semânticas, como modalidade. Ainda assim, ele não deixa de ser uma fonte em que modo e modalidade são tratados de modo sistemático. Duas categorias nos interessam: “com a **modalidade epistêmica**, os falantes expressam seus julgamentos sobre o *status* factual da proposição” (Palmer, 2001, p. 8); “**modalidade deôntica** se relaciona com obrigação e permissão, emanando de uma fonte externa” (Palmer, 2001, p. 9, grifo próprio). Pinkster (2015, p. 389) resume esses usos sob a alcunha de *não factual*, em oposição à modalidade *factual* do modo indicativo.

Com essa caracterização em mente, Pinkster precisa decidir como organizar o material relacionado ao subjuntivo. A principal divisão se dá entre usos em orações principais e usos em orações subordinadas, pelos seguintes motivos:

Em orações principais, o subjuntivo relembra os outros dois modos [indicativo e imperativo, como meio de apresentar um estado de coisas da perspectiva do falante], mas em orações subordinadas geralmente não é esse o caso. É difícil, por exemplo, descobrir uma contribuição semântica dos subjuntivos na interrogativa indireta em (e) [Pl. *Am.* 130] ou na oração temporal de *cum* em (f) [Cic. *de Orat.* 1.160]. Aqui o subjuntivo somente funciona como um mecanismo (morfo sintático) de subordinação (Pinkster, 2015, p. 387).

Por essa razão, nas próximas seções, siga o autor em separar ambos os usos.

5. O subjuntivo em orações principais

Como vimos, ao longo do século XX, predominou, nas descrições do subjuntivo latino, uma visão que buscava derivar os usos sincrônicos, atestados no período histórico da língua, a partir dos valores reconstruídos para o subjuntivo e optativo PIE. Magni (2010, p. 204) resume assim o principal pressuposto da abordagem desses estudiosos: seria, pois, nas orações principais que as funções primitivas supostamente estariam melhor preservadas, a partir do que os usos subordinantes teriam se originado.

O principal problema, como já vimos, em se restringir aos valores reconstruídos é que (i) se ignora a possibilidade de ter havido usos herdados que não podem ser reconstruídos, dadas as limitações dos materiais supervenientes, (ii) se ignora, ainda, usos arealmente obtidos, e, por conta disso, (iii) se é obrigado a derivar todos os usos sincrônicos desses poucos valores originais, forçando derivações pouco prováveis ou controversas.¹¹

A abordagem funcionalista e sincrônica de Pinkster, como vimos, leva em conta de modo sistemático a função comunicativa das produções linguísticas, de tal modo que é a partir de uma correlação entre função comunicativa e semântica que o autor busca explicar os usos do subjuntivo em orações principais. Utilizando o aparato teórico sobre modalidade, temos que frases imperativas se correlacionam com a modalidade deôntica, enquanto frases declarativas e interrogativas se correlacionam com a modalidade epistêmica (Pinkster, 2015, p. 388). Em outras palavras:

Quando o subjuntivo é usado em frases imperativas, ele é interpretado como deôntico; quando usado em frases declarativas e interrogativas, ele é interpretado como potencial ou contrafactual. [...] Essa correlação provavelmente explica como o usuário da língua ativo ou passivo, sem ser um gramático, é capaz de lidar com formas que, isoladas, seriam multi-interpretáveis (Pinkster, 2015, p. 481).

Desse modo, é a identificação da intenção comunicativa do falante, a partir do contexto, incluindo conteúdo e características da interação (quem fala com quem, em que situação e com quais propósitos), que permite que nós interpretemos de modo mais preciso e informado qual a semântica do subjuntivo em uso. Como já dito, tal identificação é permeada de problemas, dado que as situações comunicativas estão deslocadas milênios no passado, mas ainda assim é uma abordagem de que o analista pode lançar mão em suas leituras.

11 Por exemplo, Bennett (1910, p. 315) deriva o uso do subjuntivo em discurso indireto do uso por atração modal (quando um subjuntivo é utilizado simplesmente por estar em uma oração subordinada a outra oração subordinada), uma vez que a modalidade evidencial associada ao subjuntivo em discurso indireto não encontra espaço no restrito conjunto de usos originais reconstruídos.

Após isso, o autor organiza o material seguindo os três grandes grupos semânticos que participam dessa correlação: usos potenciais, usos contrafactuais e usos deônticos, estes subdivididos em força ilocucionária diretiva (ordens e proibições), força ilocucionária optativa (desejos), força ilocucionária concessiva (concessão). Dentro dos dois primeiros, considera usos em frases declarativas e frases interrogativas. Assim, reorganiza material já encontrado em outras gramáticas de um modo mais afeito a seus princípios descritivos. O Quadro 3¹² sintetiza as correlações.

Quadro 3. Correlação entre tipo de frase e semântica do subjuntivo

Tipo de frase	Subjuntivo	
	Modalidade não factual	Modalidade contrafactual
Declarativo (non)	Potencial	Contrafactual
Interrogativo (non)		
Imperativo (ne)	Deôntico (diretivos e desejos realizáveis)	Deôntico (desejos irrealizáveis)

Fonte: Elaboração própria

6. O subjuntivo em orações subordinadas

O subjuntivo latino pode aparecer (às vezes deve aparecer) em uma ampla gama de tipos de orações subordinadas: orações argumentais finitas; orações satélite finitas; orações relativas; construções comparativas; orações dependentes de uma oração com subjuntivo; orações subordinadas em discurso indireto. Tais grupos são extensamente discutidos no segundo volume da sintaxe (Pinkster, 2021), mas o uso do subjuntivo pode ser compreendido dentro de algumas linhas gerais.

Em primeiro lugar, o subjuntivo pode ser entendido como o modo da oração subordinada, enquanto o indicativo, como o modo da oração principal, e isso pode ser constatado a partir da distribuição desses modos em cada tipo de oração (Pinkster, 2015, p. 393).¹³ Em algumas orações subordinadas, os valores semânticos associados a subjuntivos independentes são identificáveis, mas em outras são absolutamente irrelevantes, servindo o modo simplesmente como meio de marcar a subordinação, como um aparato puramente formal. Isso nos permite chegar a um gradiente entre usos “(totalmente) semânticos” e “(totalmente) gramaticais” (Pinkster, 2015, p. 617). O autor ilustra tal gradiente nos seguintes pontos:¹⁴

¹² Desenvolvida a partir da tabela 7.4 de Pinkster (2015, p. 389).

¹³ Critérios distribucionais também levam Cristofaro (2005, p. 57-58) a classificar subjuntivos como verbos *derranqueados* (“deranked”).

¹⁴ Veja detalhes e exemplos ilustrativos em Pinkster (2015, p. 617 s.).

(i) Em primeiro lugar, há contextos em que o subjuntivo é opcional e manifesta ou um dos usos semânticos encontrados em frases simples ou um que pode ser derivado de tais usos de um modo não artificial.

(ii) Em segundo lugar, há contextos em que o subjuntivo e o indicativo são ambos possíveis, cada um com seu valor semântico regular, mas em que o uso do subjuntivo parece ser generalizado. Exemplo: interrogativas indiretas.

(iii) Em terceiro lugar, há contextos em que o subjuntivo é obrigatório e, portanto, parece ser gramaticalmente determinado, mas nos quais ele é também “harmônico” no sentido de que ele é usado em uma oração subordinada regida por um verbo com um significado lexical que relembra o valor semântico do subjuntivo em períodos simples. Exemplo: *uolo ut uenias*.

(iv) Os casos mais difíceis são aqueles em que o uso do subjuntivo é devido à assim chamada assimilação modal, um tipo de cópia feita pelo modo da oração A a partir do modo em uma oração regente B, sem nenhuma justificativa semântica ou gramatical reconhecível.

Subjuntivo oblíquo: o subjuntivo pode ser usado em orações subordinadas para indicar que o falante ou escritor da oração não a apresenta como uma declaração ou um fato, mas como o pensamento ou opinião de alguma pessoa, especialmente do sujeito da oração.¹⁵

Não vou entrar nos detalhes que já estão disponíveis no livro, mas, após esse breve resumo do gradiente proposto por Pinkster, gostaria de fazer um estudo de caso sobre a abordagem sincrônica empreendida. Ao discutir o subjuntivo com expressões de temor (Pinkster, 2015, p. 623), o autor indica que não se pode relacionar esse emprego ao uso deôntico, embora o subordinador usado seja *ne*, típico dos usos deônticos. Pela semântica, Pinkster entende que tal emprego se assemelha ao uso potencial de períodos simples.¹⁶ Mais à frente, comenta que a explicação diacrônica usual do uso do subjuntivo complementando verbos de temor parte do pressuposto de que esse período composto se origina na combinação de dois períodos simples: *ne cadas. timeo.* > *timeo ne cadas.* (“não caia. temo.” > “temo que você caia.”). Nessa linha de raciocínio, o subjuntivo é deôntico. Ambas as descrições parecem ser contraditórias, na medida em que não é oferecida uma explicação que as concilie. A resposta, creio, está na seguinte descrição semântica de Timberlake (2007, p. 319-320):

15 Nos termos de Palmer (2001), esse uso expressa modalidade evidencial.

16 No original: “fearing that something might be the case or will be the case is less factive than knowing or asserting that something is the case. This resembles the potential use of the subjunctive in simple sentences.” (Pinkster, 2015, p. 623).

A situação reportada por tais verbos envolve a tensão entre duas histórias alternativas. As duas histórias diferem em caráter dependendo do predicado. *Arreperder-se* e *temer* pressupõem a possibilidade da situação (“Eu reconheço que σ poderia ser real”), enquanto expressa a esperança contrafactual pela polaridade oposta (“... mas desejaria, em vez disso, que $\neg\sigma$ ”). Um predicado tal como *estar aliviado* pressupõe uma certa situação, mas reconhece que o mundo poderia ter sido diferente, no presente ou no futuro, novamente com uma esperança pelo oposto (“Eu temia que $\neg\sigma$, mas aconteceu, em vez disso, felizmente, que σ ”). Tais predicados *avaliativos* (ou *atitudinais*) são relatos de fatos e, enquanto os próprios predicados aparecem no modo *realis*, o conteúdo do desejo ou do medo ou da ansiedade não é completamente factual. Isso frequentemente pede um modo diferente do indicativo (*realis*).

Em outras palavras, ao se usar um verbo de temor, declara-se uma situação potencial temida, mas, ao mesmo tempo, tacitamente, se expressa o desejo por seu oposto. Tal descrição semântica do funcionamento de tais verbos pode ser a chave para se conciliar a descrição sincrônica de semântica potencial das construções subordinadas de verbos de temor, tal como feito por Pinkster, com a descrição tradicional diacrônica de semântica deôntica, tal como feito pelas gramáticas históricas e tradicionais.

Originalmente, poderíamos de fato ter uma proibição independente seguida de um verbo de temor independente: *ne cadas. timeo*. Tal combinação traria em si o potencial do oposto do expresso no subjuntivo, ou seja, “não caia” \leftrightarrow “você pode cair”. Essa duplicidade semântica da construção certamente foi o elemento que permitiu a reanálise de *ne cadas* como subordinado a *timeo*, com a prevalência do sentido antes implícito. Tal configuração semântica, assim, explica o segundo passo dos dois estágios descritos por Fruyt (2011, p. 716-717) para a gramaticalização de tal construção: primeiro houve a transcategorização de *ne* como subordinador, a partir de um marcador de proibições – algo mais geral na língua, presente em outras estruturas –, e a *perda do sentido negativo* – especificamente na complementação de verbos de temor. A mudança de polaridade consiste, na realidade, numa mudança do sentido proibitivo para o sentido potencial (contrário em polaridade), implícito em tal sentido proibitivo.

Com esse estudo de caso, busquei mostrar que, tal como fez Pinkster, a descrição sincrônica da língua em muitos casos difere da descrição diacrônica, mas, ao mesmo tempo, um conjunto de fatos sincrônicos por vezes só podem ser explicados a partir de uma análise diacrônica aprofundada. Desse modo, por mais que a abordagem sincrônica, com uso sistemático do nível da frase, da função comunicativa, com a devida atenção à semântica, tenha suas muitas vantagens e seja algo de que a língua latina ainda não havia desfrutado, a pouca atenção à dimensão diacrônica da língua faz com que certos fenômenos não sejam devidamente explicados, mas apenas descritos. No caso acima, a dificuldade era conciliar a descrição correta do subjuntivo subordinado a verbos de temor

como potenciais ao uso da conjunção *ne*, típica de usos deônticos. Ao mesmo tempo, as gramáticas tradicionais e históricas, ao não reconhecerem o uso potencial sincrônico, faziam uma descrição que não satisfazia a semântica potencial encontrada na estrutura. Uma gramática da língua latina que vise a conciliar os fatos diacrônicos aos sincrônicos ainda está por ser feita.

7. Algumas conclusões

A multiplicidade de funções que o subjuntivo latino apresenta no período histórico da língua motivou muitos estudiosos a buscarem termos mínimos sob os quais tal variedade pudesse ser agrupada. Com o avanço da linguística histórica no século XIX, muitas gramáticas tentaram, ao longo do século XX, derivar os usos do subjuntivo latino da reconstrução dos dois valores do subjuntivo PIE e dois do optativo PIE. Como vimos, apesar de tais derivações terem sentido, elas não dão conta de todos os usos, levando por vezes a derivações forçadas. Uma das razões para tanto é que o método histórico-comparativo tem limitações: por um lado, só reconstruímos aquilo que os materiais supervenientes das línguas nos permitem reconstruir, de modo que pode ter havido usos originais que nos são alheios; por outro, uma língua pode adquirir usos por empréstimos areais, o que não está coberto pelo método. Assim, fiar-se somente em reconstruções, como feito por muitas gramáticas ao longo do século XX, pode nos levar a descrições errôneas da língua.

Nas últimas décadas, aparatos mais recentes de descrição linguística têm sido aplicados também às línguas antigas, tal como representado nas recentes gramáticas de Pinkster (2015, 2021), que utiliza aparato do funcionalismo holandês de Dik. Tal abordagem pode contribuir com novas perspectivas de compreensão dos fenômenos linguísticos, a partir do uso sistemático de recursos de análise ligados à função comunicativa, algo que, embora não fosse alheio às gramáticas tradicionais, não era utilizado em suas potencialidades. Exemplo disso é a correlação que Pinkster aponta entre função comunicativa (tipo de frase) e semântica do subjuntivo em orações principais, que foi explorada no artigo.

A abordagem de Pinkster, todavia, faz somente breves e pontuais menções à dimensão diacrônica pré-histórica da língua. A complementação de subjuntivo de verbos de temor, tomada como estudo de caso, buscou mostrar que duas descrições aparentemente conflituosas, a sincrônica de Pinkster, que compreende os subjuntivos desses complementos como tendo valor potencial, e a diacrônica tradicional, que os compreende como tendo valor deôntico, podem ser conciliadas. Assim, descrições puramente sincrônicas podem ser incompletas se a dimensão diacrônica não for considerada, sendo o contrário igualmente válido: reconstruções ou mesmo a inter-relação entre dois estágios atestados, mas separados no tempo, dependem de descrições sincrônicas adequadas.

Agradecimentos

Este trabalho teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2019/05648-5, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

ALLEN, J. H.; GREENOUGH, J. B. *New Latin Grammar*. Boston, London: Ginn & Company, 1903.

BENNETT, C. E. *Syntax of early Latin*. Hildesheim: Georg Olms, 1982 [1910-1914]. 2 v. em 1.

BRUGMANN, K. *Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Einleitung und Leutlehre. Wortbildungslehre. Strassburg: Karl J. Trübner, 1886-1892. 2 v.

CART, A. *et al. Grammaire Latine*. [S.l.]: Nathan, 2007 [1955].

CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DELBRÜCK, B. *Vergleichende Syntax der indogermanischen Sprachen*. Strassburg: Karl J. Trübner, 1893-1900. 3 v. (Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen).

FRUYT, M. Grammaticalization in Latin. In: BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (ed.). *New perspectives on historical Latin syntax*. Volume 4: Complex Sentences, Grammaticalization, Typology. Berlin: de Gruyter Mouton, 2011.

HANDFORD, S. A. *The Latin subjunctive: its usage and development from Plautus to Tacitus*. London: Methuen, 1947.

MAGNI, E. Mood and Modality. In: BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (ed.). *New perspectives on historical Latin syntax*. Volume 2: Constituent Syntax: Adverbial Phrases, Adverbs, Mood, Tense. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010.

MEISER G. *Historische Laut- und Formenlehre der lateinischen Sprache*. 3. Auflage. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2010.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Second edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.



PINKSTER, H. *Latin syntax and semantics*. London: Routledge, 1990.

PINKSTER, H. *Oxford Latin syntax*. Volume 1: The simple clause. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PINKSTER, H. *Oxford Latin syntax*. Volume 2: The Complex Sentence and Discourse. Oxford: Oxford University Press, 2021.

TIMBERLAKE, A. Aspect, tense, mood. In: SHOPEN, T. *Language typology and syntactic description*. Second Edition. Volume III: Grammatical categories and the Lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WEISS, M. *Outline of the Historical and Comparative Grammar of Latin*. Ann Arbor; New York: Beech Stave Press, 2020.